

Fios de memória: as primeiras funcionárias do MNBA.

ANA TELES DA SILVA
CLARICE RODRIGUES DE CARVALHO

1. Em 1940, o quadro funcional do MNBA era composto pelo diretor e por estes novos cargos de conservador, além do pessoal encarregado de administração e limpeza. O cargo de conservador consistia na organização de exposições e conservação, e guarda do acervo do museu.

2. ANDRADE, Adriana apud MARQUES, T.C.N. & Melo, H.P.. Os direitos civis das mulheres casadas entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, 2007, p. 488.

3. Museu Nacional, criado como Museu Real, em junho de 1818, a partir das coleções da família imperial portuguesa.

4. ARAUJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

Em 1937, a pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes se torna independente desta e constitui-se no Museu Nacional de Belas Artes. O primeiro concurso dessa instituição, realizado em 1940, selecionou seis funcionários para ocuparem o cargo de conservador,¹ mediante apresentação de monografias. Dos seis candidatos aprovados, cinco eram mulheres. Neste artigo pretendemos entender o sentido do pioneirismo destas funcionárias num contexto em que a participação feminina no mercado laboral ainda era incipiente. Afinal, em 1940 apenas 19% da população economicamente ativa era composta por mulheres.²

Para entendermos a novidade que representava na época um concurso em que as vagas foram majoritariamente ocupadas por mulheres, apontamos a título de comparação a seleção ocorrida em 1919, portanto, vinte e um anos antes para o Museu Nacional.³ Desta seleção, participou Bertha Lutz, que foi aprovada para um alto cargo nessa instituição.⁴ Sua candidatura causou polêmica, repercutindo na imprensa da época e acarretou desistência de um dos candidatos, que escreveu ao diretor do Museu Nacional reclamando da participação de uma mulher no concurso, fato que julgava um atentado “contra todas as boas normas da moral e da

família". Apesar das polêmicas, Bertha foi classificada em primeiro lugar, tendo sido a segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil. Foi necessário, contudo, um parecer jurídico para a legitimação de sua posse.⁵

As candidatas ao concurso do MNBA, aparentemente, não precisaram de pareceres jurídicos para legitimação de suas posses e nem suas candidaturas causaram polêmicas. Inclusive das cinco concursadas, três já trabalhavam no MNBA. No entanto, elas não estavam completamente livres de barreiras impostas ao gênero feminino. O código civil de 1916 dava ao marido o direito de não autorizar o trabalho de sua esposa, caso julgasse que a ordem familiar estivesse ameaçada ou que seu trabalho fosse perigoso. Tal legislação só seria modificada em 1962 com o Estatuto da mulher casada.⁶

No Brasil, da primeira metade do século XX, prevalecia nas esferas jurídicas e médicas a ideia de que o trabalho feminino deveria ser desencorajado, pois poderia ser prejudicial ao que era visto como a função principal da mulher — os cuidados com a família e o lar.

O médico italiano Lombroso,⁷ teve influência sobre o pensamento médico no Brasil. Na sua concepção, a inteligência feminina estaria em proporção inversa à saúde reprodutora. Mulheres muito inteligentes estariam sujeitas a doenças de útero, comportamentos anormais, esterilidade e histerismo. Isto se daria porque o cérebro da mulher teria íntima relação com o útero e, portanto, o desenvolvimento do cérebro acarretaria o atrofamento do útero.

As mulheres que queriam a emancipação econômica eram acusadas pela decadência ou destruição da família. O abandono do lar ou a destruição da moralidade familiar eram os argumentos mais frequentes contra o trabalho feminino.

"Emancipar-se 'era a despoetização da mulher, era sua derrota: a rainha passava a rival'. A mulher deveria permanecer o maior tempo possível em casa. Só nos casos extremos, como o marido não conseguir sustentar sozinho a casa ou na falta dele, a esposa ou viúva poderia trabalhar, como ocorria em outros países. Por isso, a mulher deveria ser educada para somente integrar-se ao mercado de trabalho quando se fizesse necessário".⁸

Assim, a visão de que a principal atribuição da mulher é a constitui-

"O código civil de 1916 dava ao marido o direito de não autorizar o trabalho de sua esposa, caso julgasse que a ordem familiar estivesse ameaçada ou que seu trabalho fosse perigoso".

5. SOIHET, Rachel. "A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância de Bertha Lutz". In: *Revista Brasileira de Educação*, no 15. São Paulo, 2000, p. 97-117.

6. MARQUES, T.C.N. & Melo, H.P. *Op. cit.*, p. 475.

7. LOMBROSO, Cesar e FERRERO, Guglielmo. *La femme criminelle e la prostituée*. Paris, Ancienne Librairie Germer Bailliére e Félix Alcan, 1896.

8. ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993, p. 67

“(...) a visão de que a principal atribuição da mulher é a constituição e manutenção das esferas doméstica e familiar foi um dos entraves à maior participação da mulher no mundo laboral”.

ção e manutenção das esferas doméstica e familiar foi um dos entraves à maior participação da mulher no mundo laboral.

“A maior irregularidade, ou menor disponibilidade à inserção no mercado de emprego, por parte das mulheres, é justificada socialmente por ela desempenhar funções e responsabilidade doméstico-familiares(...). A industrialização e a modernização nas mais diferentes esferas da produção, fomentaram a renovação das relações de trabalho, mas não chegaram a transformar radicalmente a esfera da reprodução, que ainda hoje permanece sob a responsabilidade da unidade familiar, a partir do trabalho doméstico da mulher”.⁹

No entanto isto não significou que não houvesse áreas de atuação profissional que fossem vistas como mais adequadas às mulheres e que, inclusive, precisassem de suas qualidades de domesticidade e docilidade. É o que veremos a seguir na busca de entender a inserção profissional das cinco concursadas.

As Concursadas

As mulheres que passaram no concurso foram todas formadas pelo Curso de Museologia do Museu Histórico Nacional. Tal curso, instituído em 1932, já na Era Vargas, tinha duração de dois anos e não funcionava na época como curso universitário. Aqui, faremos um breve histórico de cada uma delas a partir do livro de funcionários do MNBA, onde eram anotadas a mão as informações funcionais de cada um dos trabalhadores daquela instituição, cotejando com informações sobre os formados no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional.¹⁰

Regina Monteiro Real nasceu em Petrópolis, em 1901, vindo a falecer em 1969. Apresentou a tese *Obrigações da consciência católica na hora presente*, no Círculo de Estudos do Colégio Jacobina, 1933. Formou-se em Assistência Social com estágio no Laboratório de Biologia Infantil para crianças delinqüentes do Juizado de Menores em 1937. Neste mesmo ano formou-se no Curso de Museus.

Ela passou a trabalhar no Museu Nacional de Belas Artes em 1937, já no cargo de conservadora. Fez concurso realizado pelo DASP¹¹ para este museu e tomou posse em 1940. No concurso apresentou a monografia *O*

9. GIULIANI, Paola Cappellini. *Tocando as máquinas: condições de existência das operárias*. Paraíba, UFPA, 1985, (Texto pra debater, 5), p. 6-7

10. SÁ, Ivan Coelho e SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus- MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

11. DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público foi um órgão público do governo federal brasileiro, criado pelo decreto-lei 579, em 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas (período do Estado Novo). Fazia parte de um esforço de reforma na administração pública brasileira e já estava previsto na constituição de 1937. Além de fornecer elementos para melhoria da máquina pública, o DASP deveria fornecer assessoria técnica ao presidente da república e elaborar a proposta orçamentária. (Fonte: Wikipédia./br.wikipedia.org/wiki/DASP – acesso em 31/01/2013)

papel dos museus na vida moderna.

Em 1948, afastou-se pelo período de quatro meses afim de atender ao convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América para visitar os museus americanos. Na volta, escreveu artigo publicado no Anuário¹² do MNBA sobre este intercâmbio, “Do que vi nos museus norte-americanos”. Em 1950, foi indicada para representar o Brasil no Congresso Internacional de Museus, em Londres, tendo obtido autorização do presidente da República para se ausentar do país durante três meses. Foi interina do diretor do MNBA, Oswaldo Teixeira, durante três meses, entre 1952 a 1953. A partir de 1955, vai para Casa de Rui de Barbosa, onde fica até 1969 ocupando o cargo de diretora da Divisão Técnica da Casa de Rui Barbosa entre 1959 e 1969. Fez parte do Conselho Consultivo do MNBA. Participou da instalação do Museu Costa Pinto, em Salvador no biênio de 1968-9. Na década de 1940, foi secretária de edições do Salão Nacional de Belas Artes. Foi sócia-fundadora da Associação Brasileira de Museologia em 1963.

Elza Peixoto Ramos, neta do presidente Marechal Floriano Peixoto, nasceu no Rio de Janeiro, em 1902. Exerceu a função de datilógrafa do MES, nomeada por concurso em 1931, passando a escriturária em 1936, quando, ainda neste cargo, foi transferida para o MNBA. Formou-se em 1938 pelo o curso de Museologia do MHN. Em 1940, realizou o concurso do DASP e tomou posse como conservadora do MNBA, tendo apresentado no concurso a monografia *Missão artística francesa e sua influência nas artes*. Casou-se em 1943. Foi interina de Oswaldo Teixeira por três meses, em 1952, logo antes de Regina Real ser também interina. Em 1959 foi designada membra do Conselho Técnico do MNBA. Em 1964, foi designada chefe da Seção Técnica do Museu. Em 1967, teve durante cinco meses bolsa de estudos em Portugal. Pesquisou Pintura Brasileira no século XIX e especializou-se na obra do pintor Vitor Meirelles. Publicou o catálogo *Exposição Aspectos do Rio*, em 1965, e o livro *Vitor Meirelles no MNBA*, em 1970, além de inúmeros artigos em revistas científicas. Em 1970, é designada para responder pelo expediente do MNBA em substituição ao diretor Alfredo Galvão, que se aposenta. No ano seguinte, aposenta-se.

12. O Anuário do MNBA era uma publicação que foi editada de 1938 a 1958, contendo artigos sobre exposições e o acervo do museu. Para esta publicação, contribuíam tanto servidores da casa, quanto autores de fora.

Regina Liberalli nasceu no Rio de Janeiro em 1915 e faleceu em 2007. Era artista plástica tendo estudado com Chambelland e com Oswaldo Teixeira. Participou de vários Salões Nacionais. Cursou Museologia no MHN e fez o concurso do DASP para o MNBA, concorrendo com a monografia *Conservação e restauração de obras de arte*. Casou-se com o médico virologista Dr. Hugo Widman Laemmert. Entre 1955 e 1959, foi membro do Conselho Técnico do MNBA. É designada substituta eventual da chefe da seção técnica, em 1961, quando também integra novamente o Conselho Técnico. Estudou quatro meses em Portugal com bolsa do Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal. Foi sócia fundadora da ABM, em 1963. Aposenta-se em 1970.

Maria Torres de Carvalho Barreto, recém formada pelo Curso de Museus do MHN, passou no concurso do MNBA com a monografia *A circulação do ouro empó e embarras no Brasil*. Em 1945, já como funcionária, tem a atribuição de coligir elementos que servissem ao Professor Germain Bazir¹³ para estudos relacionados com a história da arte no Brasil. Em 1952, por seis meses ficou a disposição da Comissão Nacional de Belas Artes, que tinha por atribuição promover os Salões Nacionais de Artes. Entre 1955 e 1959, foi membro do Conselho Técnico do MNBA, tendo tornado a sé-lo em 1961. Foi sócia fundadora da ABM em 1963.

Lygia Martins Costa nasceu em Pinheiral, no estado do Rio de Janeiro, em 1914. De todas as concursadas, Lygia foi a que se tornou mais conhecida por sua intensa contribuição ao nascente campo da museologia no Brasil. Foi aluna do Curso de Museus do MHN e, recém-formada, participou do concurso do MNBA com a monografia *Circulação da prata no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Torna-se conservadora do MNBA em 1940. Oito anos após o concurso, é licenciada por um ano para bolsa de estudos na New York University Institute of Fine Arts por intermédio do Institute of International Education. Entre 1952 a 1954, fica a disposição da Comissão Nacional de Belas Artes. Em 1955, é transferida para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

■■

Todas as primeiras mulheres funcionárias do MNBA tiveram intensa produção participando do Conselho Técnico do MNBA, produzindo

pesquisas, organizando exposições, escrevendo artigos para o *Anuário do MNBA* e assumindo chefias técnicas ou a direção interinamente, além de cursos de aperfeiçoamento no exterior. As suas monografias de ingresso, inclusive, foram publicadas no *Anuário do MNBA*. Dentre os muitos artigos que escreveram para o *Anuário do MNBA*, a maioria tratava das exposições que estavam sendo realizadas no Museu. Em relação a quantidade de artigos escritos neste anuário, suas produções eram intensas. Maria Barreto escreveu quinze artigos para o anuário; Regina Real e Elza Peixoto escreveram, cada uma, quatorze; Regina Liberalli contribui com treze; e Lygia Martins Costa com oito. As que não permaneceram no MNBA até a aposentadoria, como Lygia Martins Costa e Regina Monteiro Real, tornaram-se também professoras, ministrando cursos de Museologia.

Desta forma, elas fazem parte de uma das primeiras gerações de mulheres brasileiras que tiveram a oportunidade de escolarizar-se e profissionalizar-se. Uma delas, Regina Monteiro Real publicou o artigo *Há vantagens para uma moça instruir-se?*¹⁴, ainda antes de ser funcionária do MNBA, evidenciando que uma mulher escolarizada, como era seu caso, não era ainda fato corriqueiro e aceito sem discussão pela sociedade da época.

Até o advento da República, a grande maioria das mulheres era analfabeta no Rio de Janeiro. A instrução feminina se manteve precária, fosse nas escolas públicas, particulares, ou educandários para meninas carentes. Só em 1907 as primeiras mulheres, na cidade do Rio de Janeiro, se formaram bacharéis em Ciências e Letras através da aprovação nos exames preparatórios locais.¹⁵ As mulheres das famílias da elite são as primeiras no ingresso em cursos de nível superior. No entanto, como já visto, a função familiar e doméstica da mulher ainda era preponderante. Assim, o ensino da leitura, da escrita, do francês, e das noções básicas da matemática, se completava com o aprendizado do piano, além dos bordados, pintura, rendas e habilidades culinárias. Desta forma era uma educação que proporcionava ferramentas para a mulher exercer seu papel de esposa/mãe-de-família. Essa concepção pode ser vista na lei de instrução pública de 1827:

"As mulheres carecem tanto ou mais de instrução, porquanto são elas

*"Até o advento
da República, a
grande maioria
das mulheres era
analfabeta no
Rio de Janeiro".*

14. *Revista Funcional*, publicação da União Católica Brasileira, 1926-1928.

15. ARAUJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

16. Lei de instrução pública,¹⁸²⁷, apud.

LOPES, E.M. "A educação da mulher: a feminização do magistério". *Teoria e Educação*, 1991, nº 4, p. 26.

que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons ou maus: são a origem das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas".¹⁶

Os primeiros governos da nascente república, portanto, não priorizavam a educação feminina voltada para sua profissionalização, mas sim, para melhor formar a mulher para exercer sua função de esposa e mãe. Mesmo assim, os avanços na educação feminina contribuíram para algum tipo de exercício profissional feminino, notadamente no magistério.



SEÇÃO TÉCNICA DO MNBA, no inicio da década de 1940. Da esquerda para direita: Elza Peixoto, Regina Real, Lygia Martins Costa, Maria Barreto, uma mulher não identificada e Regina Liberalli.

17. ARAUJO, Rosa Maria Barbosa. *Op. cit.*, p. 75-76.

18. Além disto como aponta Hahner, os positivistas, influentes no Brasil no final do século XIX, pregavam a inferioridade orgânica e intelectual da mulher, mas aclamavam a sua superioridade moral. Benjamin Constant, por esta razão, informou que o ensino primário na Escola Normal, no Rio de Janeiro, deveria pertencer exclusivamente à mulher. HAHNER, June E. "A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX". In: Revista Gênero, v. 10, n. 2, Ed. UFF, Niterói, 2010, p. 324.

Nesse período, há dois setores que catalisam a mão-de-obra feminina, decorrentes também, da permanência dos estereótipos femininos: os serviços domésticos (que não requeriam instrução, além dos "dotes e qualidades femininas") e o magistério, que apesar de requerer qualificação, se enquadrava nas ideias estabelecidas sobre a imagem da mulher e seu papel social ligado a maternidade.¹⁷ O magistério era, assim, visto como uma extensão das funções maternas.¹⁸

Fonte: Coleção Regina Liberalli/Núcleo de Memória da Museologia / UniRio

A inserção da mulher no mercado de trabalho parecia, na época, só ser possível se possibilasse o exercício de características socialmente consideradas femininas: docilidade, passividade, facilidade para cuidar de crianças, paciência, dentre outras características.

"Na questão de atributos femininos na divisão sexual das funções e tarefas incidem estratégias de apropriação do corpo, através de "qualidades" naturais, como representações sociais de qualidade. É a sexualização de toda a sociedade. Os dedos ágeis, resistência, passividade, paciência são considerados próprios à força de trabalho feminina. A qualificação é sexualizada refletindo critérios diferentes para o trabalho feminino e masculino".¹⁹

A entrada das mulheres no magistério, cada vez mais associado a qualidades femininas, significava também o recuo dos homens nesta atividade. De acordo com Araújo,²⁰ este recuo se dava na medida em que os homens buscavam profissões mais bem remuneradas, prestigiadas e ainda inacessíveis ao sexo feminino. Desta forma, esses espaços deixados pelos homens no magistério foram sendo ocupados pelas mulheres.

Considerando a similaridade entre a área de educação e a área de cultura — afinal, foram por muito tempo, englobadas no mesmo ministério²¹ —, podemos perguntar se, tal qual no magistério, a área de cultura tornou-se uma das primeiras portas de entrada das mulheres ao mercado de trabalho e à profissionalização. Porta de entrada esta que não derrubaria por completo as hierarquias impostas aos gêneros.

No caso do magistério, apesar da expressiva ocupação desta categoria funcional por mulheres, os cargos de diretoria permaneceram muito tempo ainda somente nas mãos dos homens.

"Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam na sala de aula executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlava todo sistema. A eles se recorriam como instância superior, referência de poder; sua presença era vista como necessária exatamente por se creditar à mulher menos firmeza na decisões, excesso de sentimentos, tolerância e etc".²²

Tal qual no magistério, na área de cultura as mulheres demoraram a ocupar postos mais elevados de chefia. As concursadas do MNBA

"A entrada das mulheres no magistério, cada vez mais associado a qualidades femininas, significava também o recuo dos homens nesta atividade".

19. GIULIANI, Paola Cappellini. *Op. cit.*, p. 27.

20. ARAUJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993, p. 75-76.

21. A área de cultura constituiu-se num ministério autônomo, separando-se da área de educação, apenas em 1988. Ver: BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

22. LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil. Contexto*, 2000, p. 460.

somente assumiram o cargo da direção de forma interina. Uma mulher, Maria Eliza Carrazoni, só viria a ocupar a direção do MNBA em 1970, trinta anos depois da entrada dessas primeiras mulheres.

E muito embora a profissão de conservador não fosse uma profissão tradicional e masculina, o próprio fato de se ser um profissional era uma prerrogativa masculina. As novas concursadas da época identificavam seu cargo funcional, em seus artigos no *Anuário* como conservador (no masculino), mostrando, talvez, um conflito entre seu gênero e a posição que ocupavam. Embora havendo poucos homens conservadores, elas não legitimaram-se enquanto conservadoras, no feminino.

E mesmo sendo a área de cultura uma área que permitia o ingresso feminino, as mulheres não estavam livres de preconceitos. Como relata a filha de Judith Martins, uma das primeiras funcionárias do Serviço do Patrimônio Histórico e que era desquitada, esta, ao visitar cidades históricas no interior de Minas, era obrigada a escutar dos moradores locais: "Lá vem a viúva do Patrimônio". Conforme comenta Thompson,²³ tratava-se provavelmente de um eufemismo para definir uma mulher, que viveu, a partir da década de 1940, desquitada e por conta própria.

Além disso, as concursadas não estavam totalmente livre da legislação vigente que outorgava ao marido ou pai o pátrio poder sobre a mulher. Vemos, neste trecho da entrevista com Lygia Martins Costa, o relato de que, apesar de ser funcionária do MNBA, já havia oito anos, só pôde viajar para estudo no exterior com a permissão do pai:

"Encontrei uma certa dificuldade em casa porque papai não achava que a filha pudesse ir assim para o Estados Unidos sozinha e eu fiquei doente de emoção porque tinha de dar a resposta e não conseguia dar a resposta porque eu não podia dizer que eu não ia porque era uma coisa e eu não iria sem licença do meu pai. Acontece que eu fiquei doente, não havia meio de ceder uma febre, febre, até que afinal o médico não sabia o que era eu estava doente, estava doente, disse que era de fundo nervoso com certeza, mas sem atinar o que. Até que foi um amigo de meu pai lá que era um russo e que quando falou com o papai disse: eu estou muito aborrecido porque minha filha tem vontade de ir para uma bolsa de estudos nos Estados Unidos a bolsa chegou e ela está doente, eu desconfio que é por causa disso porque eu não me conformo, disse: mas Martins Costa como é que você não vai, olha obter uma bolsa das melhores bolsas de lá e você não está, você vai dizer a sua filha que ela pode ir sim, que vai e que você dá o consentimento com muito prazer, o fato é que esse amigo do papai saiu foi

23. THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.

embora e papai veio e falou comigo: Olha Ligia “Martins Costa” você vai para os Estados Unidos você vai telefonar para lá dizendo que você aceita a bolsa. EU imediatamente fiquei boa me levantei fui tirar retrato aquele de cinco minutos para o passaporte porque não dava mais tempo estava expirando o prazo. Tirei aquele retrato saí abatidíssima com aquele retrato de cinco minutos levei depressa lá foi aquela corrida e graças a Deus fui embora e tirei o maior proveito da viagem”.²⁴

Podemos questionar também em que medida a possibilidade de inserção feminina no Ministério da Educação e Saúde se deve à ideia, tal qual ocorria em relação ao magistério, de que estas áreas teriam afinidades com as ditas qualidades “naturais” femininas do cuidado e da domesticidade.

O Curso de Museus englobava diversas disciplinas como História da Arte e História Brasileira. No entanto, o aprendizado do cuidado e da limpeza de objetos também fazia parte do curso. É interessante analisar o pleito que Gustavo Barroso, diretor do MHN, fez em 1923 sobre a necessidade de se criar o cargo de conservador: “funcionário que ficaria encarregado de dirigir os serviços de limpeza e restauração de objetos, com a responsabilidade direta de sua conservação”.²⁵ No caso do Curso de Museus, próprio para a formação da carreira de conservador, a ideia de preservação e conservação de objetos pode remeter à uma certa ideia de domesticidade. Embora o curso privilegiasse a formação teórica, na sua parte prática, de ensino do cuidado e limpeza dos objetos museológicos, estaria, talvez, próximo das práticas de manutenção doméstica, vistas como femininas por excelência.

O Curso de Museus, de fato, na década de 1930, tinha mais mulheres do que homens, mas não significativamente. Entretanto, num período em que poucas mulheres estudavam em nível universitário, e no qual os cursos tradicionais como engenharia, medicina e direito eram ocupados quase somente por homens, o fato de um curso ter mais da metade de seu contingente formado por mulheres é digno de apreciação.

Talvez essa relativa maior presença feminina no campo da museologia possa ser explicada pelo fato de que era um curso novo e sem tradição no Brasil, além de não ser na época um curso universitário, pois não estava ligado a nenhuma faculdade, constituindo-se numa área de menor prestí-

“Talvez essa relativa maior presença feminina no campo da museologia possa ser explicada pelo fato de que era um curso novo e sem tradição no Brasil, (...) constituindo-se numa área de menor prestígio e podendo, assim, ser mais flexível a entrada feminina”.

24. ARQUIVO NORONHA SANTOS/IPHAN. *Entrevista realizada pelo Projeto Memória Oral (1982-1988) da Fundação Pró-Memória, transcrita e guardada. Relatório de Atividades: Rio de Janeiro, MHN, 1923.*

25. SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus – Museu Histórico Nacional: 1932-1972: o perfil acadêmico-profissional* (dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST). Rio de Janeiro, 2009, p. 13.

gio e podendo, assim, ser mais flexível a entrada feminina.²⁶

Embora ocupando os espaços possíveis para mulheres instruídas e de classes médias e altas, naquele momento, as concursadas em muito contribuíram para a pesquisa de acervos do MNBA e suas produções podem ser conferidas e consultadas nos anuários do MNBA. Elas também foram capazes, por meio do exemplo de suas trajetórias profissionais, de subverter as hierarquias de gênero, comuns à época, e construir outros discursos sobre ser mulher. A partir do acesso à instrução e de sua inserção no mercado de trabalho, elas souberam trilhar um percurso de maior autonomia individual. Neste sentido, elas foram duplamente pioneiras, ao ocuparem os nascentes postos de trabalho disponíveis para mulheres e, por outro lado, por fazerem parte também dos primeiros quadros de funcionários ligados à área de memória e arte, contribuindo, assim, para o nascente campo da museologia no Brasil. ■

²⁶Idem, p. 13.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- ARQUIVO NORONHA SANTOS/IPHAN. *Entrevista realizada pelo Projeto Memória Oral (1982-1988) da Fundação Pró-Memória, transcrita e guardada*. Rio de Janeiro: MHN, 1923.
- BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural. 1976-1990*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
- GIULIANI, Paola Cappellin. "Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira". In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 333.
- . *Tocando as máquinas: condições de existências das operárias*. Paraíba: UFPA, 1985. (Texto para debate, 5).
- HAHNER, June E. "A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX". In: *Revista Gênero*, v. 10, nº 2, Niterói, Ed. UFF, 2010.
- LOMBROSO, Cesar e FERRERO, Guglielmo. *La femme criminelle et la prostituée*. Paris: Ancienne Librairie Germer Baillièr et Félix Alcan, 1896.
- LOPES, E.M. "A educação da mulher: a feminização do magistério". In: *Teoria e Educação*, nº 4, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- MARQUES, T.C.N. & Melo, H.P., "Os direitos civis das mulheres casadas entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis". In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, 2007.
- SÁ, Ivan Coelho e SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Escola de Museologia, 2007.
- SIQUEIRA, Graciele Karine, *Curso de Museus - Museu Histórico Nacional: 1932-1972: o perfil acadêmico-profissional*. (dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST). Rio de Janeiro, 2009.
- SOIHET, Rachel. "A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância de Bertha Lutz". In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 15. São Paulo, 2000, p. 97-117.
- THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro, IPHAN/DAF/Copdoc, 2009.